

DOSSIÊ

ANÁLISE MULTINÍVEL DO POPULISMO ARGENTINO NAS ELEIÇÕES DE 2019

*MULTILEVEL ANALYSIS OF
ARGENTINE POPULISM
IN THE 2019 ELECTIONS*

Juan Bautista Lucca* 

* Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) y Centro de Estudios Comparados de la Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales de la Universidad Nacional de Rosario, Rosario, Santa Fé, Argentina.
E-mail: juanlucca@hotmail.com.

RESUMO

Nas eleições argentinas de 2019, a disputa política se mostrou polarizada entre a Argentina peronista de Alberto Fernández e Cristina Fernández de Kirchner, e a nova Argentina de Cambiemos, que havia sido inaugurada em 2015 por Mauricio Macri. Ambas as forças se configuraram sob uma apelação radical a um fiel eleitorado, ancorado em um discurso populista que, por um lado, reforçava a figura de seus líderes como os únicos capazes de encontrar o caminho regenerativo diante da crise, e, por outro, mostrava seu adversário como um equívoco político sem futuro. Neste artigo, a lógica do fenômeno populista pode ser observada, em termos territoriais, em ao menos dois itinerários: 1) no eixo horizontal ou dentro de uma unidade subnacional; 2) no eixo vertical, no qual a distinção populista nacional transborda sobre a dinâmica provincial. Portanto, observaremos o primeiro itinerário à luz das eleições separadas para governador; e o segundo, nas eleições unificadas para nação e província.

Palavras-chave: Populismo; Eleições na Argentina 2019; Governadores; Kirchnerismo; Macrismo.

ABSTRACT

In the 2019 Argentine elections, the political dispute proved to be polarized between the Peronist Argentina of Alberto Fernández and Cristina Fernández de Kirchner, and the new Argentina of Cambiemos, which was inaugurated in 2015 by Mauricio Macri. Both forces were configured under a radical appeal to a faithful electorate, anchored in a populist discourse that, on the one hand, reinforced the figure of their leaders as the only ones capable of finding the regenerative path in the face of the crisis, and, on the other, showed their opponent as a political mistake with no future. In this paper, the logic of the populist phenomenon can be observed, in territorial terms, in two itineraries: 1) on the horizontal axis or within a subnational unit; 2) on the vertical axis, in which the national populist distinction spills over into the provincial dynamics. Thus, we will look at the first itinerary in light of the separate gubernatorial elections; and the second itinerary in the unified elections for nation and province.

Keywords: Populism; Elections in Argentina 2019; Governors; Kirchnerism; Macrism.

A DISPUTA POLÍTICA NA ARGENTINA

Na Argentina, pela primeira vez na história recente, uma força política de direita fora do comando dos partidos tradicionais (peronismo e radicalismo) conseguiu governar o país entre 2015-2019. Entretanto, as intenções de reeleição do presidente Mauricio Macri acabaram abaladas quando ele se deparou com um candidato inesperado do peronismo unificado: Alberto Fernández (AF), indicado por Cristina Fernández Kirchner (CFK), que sairia como candidata a vice-presidente na chapa formada por ambos. Essa jogada eleitoral atraiu os pulverizados governadores e prefeitos peronistas, Sergio Massa (Frente Renovador – FR), e setores transversais da classe média (especialmente na Cidade Autônoma de Buenos Aires – CABA). Do outro lado, Macri, imerso no marasma de um governo em declínio em decorrência da alta do dólar, da inflação e da pobreza, tentou suavizar o peronismo selecionando como companheiro de chapa o *gatekeeper* da Câmara de Senadores argentina: Miguel Pichetto.

Nas primárias abertas, simultâneas e obrigatórias (PASO) do dia 3 de setembro de 2019, a chapa Frente de Todos (Fernández e Fernández) alcançaria um expressivo 49,5% dos votos, frente a uma intensa minoria de 32,9% que conquistou o Juntos por el Cambio (Macri e Pichetto). Assim, a disputa definitiva seria encabeçada por duas forças políticas nascidas na crise de 2001, deixando uma terceira opção fora do cenário. No dia 27 de outubro foram realizadas eleições gerais, tendo saído vitoriosa a dupla Fernández-Fernández (48,1%). A chapa Macri-Pichetto ficou em segundo lugar (40,3%), o que representou uma surpresa, já que obtiveram dois milhões de votos a mais do que os conquistados nas PASO.

A disputa política se mostrou polarizada entre a tradicional “Argentina peronista”, que representava a dupla AF-CFK, e a nova “Argentina de Cambiemos”, que havia sido inaugurada no ano de 2015 por Mauricio Macri. Ambas as forças se configuraram sob uma apelação radical a um fiel eleitorado, ancorado em um discurso de *autoverdade* que, por um lado, reforçava a figura de seus líderes como os únicos capazes de encontrar o caminho regenerativo diante da crise, e, por outro, mostrava seu adversário como um equívoco político sem futuro. Ou seja, ambas as forças apelavam ao discurso do populismo como estratégia eleitoral.

A ARGENTINA POPULISTA E UM ENFORQUE MULTINÍVEL

À primeira vista, populismo é uma palavra tão vaga quanto contundente na disputa política. Foi utilizada para se referir tanto a partidos, movimentos sociais, ideologias,

líderes, países, quanto para englobar momentos históricos singulares. Entretanto, dentro das ciências sociais e políticas, é um conceito de grande desenvolvimento teórico, que é caracterizado indistintamente como uma ideologia fraca (MUDDE, 2017)¹, uma estratégia de acumulação do poder (WEYLAND, 2017)², um estilo de liderança (FREIDENBERG, 2007)³, uma forma de constituir a unidade e identidade de um grupo político (LACLAU, 2005)⁴, uma particularidade de países periféricos (CARDOSO; FALETTTO, 1996) ou uma faceta da acumulação capitalista (TORRE, 1999), um fenômeno tanto rural quanto urbano (CANOVAN, 1981) que limita ou revoluciona as expectativas cidadãos (GERMANI, 1962; DI TELLA, 1965) ou, inclusive, que dinamiza ou ameaça à democracia (URBINATI, 1998; MÜLLER, 2017; ROVIRA KALWASSER, 2019)⁵.

Em todos esses estudos, o radicalismo e o peronismo argentino do século XX são assinalados recorrentemente como casos paradigmáticos (MACKINNON; PRETRONE, 1999). Entretanto, a crise de 2001 semeou o gérmen para o surgimento, por um lado, do Frente Para a Vitória (FPV) e a hegemonia do kirchnerismo entre 2003 e 2015, enquanto nova faceta do populismo peronista (SVAMPA, 2013). Por outro lado, porém, deu origem ao “Compromisso para el Cambio” (2005), denominado “Propuesta Republicana” (PRO) em 2008, e, em seguida – somando outras forças –

¹ Nesta perspectiva, o populismo alude a um conjunto limitado de ideias em uma sociedade fragmentada. A ideologia se reveste de um formato maleável e moldável ao ambiente e às disputas pré-existentes. Esse tipo de estudo focaliza os atores políticos como unidade de análise, especialmente nas práticas materiais discursivas dos partidos em suas facetas internas e externas.

² Este enfoque alude especialmente ao neopopulismo latino-americano do final do século XX, explicando que se trata de uma forma de organização do poder, articulado e vertebrado pela capacidade de direção e mobilização dos presidentes ou dirigentes de alto nível para gerar uma forte empatia ou identificação cidadã com seu carisma. Nesse caso, produz-se uma fusão entre o populismo e o neoliberalismo, levado adiante por fortes personalidades midiáticas, que concentram o poder no alto da cúpula do Estado e mobilizam principalmente os setores informais, distanciando-se da sociedade civil organizada (WEYLAND, 1997).

³ Para a autora, o que caracteriza o populismo e são elementos que sempre devem estar presentes é uma relação direta líderes-seguidores, de característica personalista, paternalista e carismática, que não reconhece mediações organizativas, que fala em nome do povo e potencializa a oposição deste com “os outros”, que está contra (discursivamente) as instituições da democracia representativa, ainda que as use para alcançar a institucionalidade e governar, e que os seguidores estão convencidos das qualidades extraordinárias do líder e acreditam que, graças a elas, e também ao clientelismo, conseguirão melhorar a situação.

⁴ Este enfoque teórico coloca o populismo como a ontologia mesma da política, na qual se articulam discursivamente (enquanto ato de significação) as demandas não satisfeitas em um particular, que assume a representação de uma totalidade imensurável, com a qual dá lugar a um momento hegemônico. Para Laclau (1997, p. 76), aquilo com o que se produz a identificação não é somente o próprio conteúdo particular, “[...] é também um dos nomes de minha perfeição ausente, o reverso da minha carência original”, o que habilitaria a pensar no “outro” não necessariamente de forma material, senão mais precisamente como uma construção discursiva que habilita a possibilidade de configurar uma identidade.

⁵ A maioria dos analistas considera que os populismos são respostas aos desempenhos deficitários das democracias contemporâneas, especialmente por suas derivações tecnocráticas e elitistas. Entretanto, enquanto uma parte da literatura vê nisso o surgimento de um subtipo de democracia (iliberal), outros sublinham que entoa as bases estruturais da democracia.

“Cambiamos” em 2014, que, com a vitória de Macri em 2015, produziu uma agitação na “Argentina peronista” (HALPERIN DONGHI, 1994) e a maturação de uma nova força populista (CASULLO, 2019; ADAMOVSKY, 2017).

Em sua gestão governamental, a aliança Cambiamos propôs, na superfície, um discurso de reconciliação e pluralismo democrático para mascarar sua distinção do adversário como a barbárie, demagogia, ignorância, corrupção, ou, simplesmente, populismo (NATANSON, 2018). Ademais, Macri inaugurou na Argentina um novo tipo de liderança, que se enraizava em comunidades e redes sociais nas quais os limites do povo se configuravam em torno do relato de autoverdades que propagava seu “círculo vermelho”⁶ (LUCCA, 2019).

O desafio metodológico que este estudo propõe é repensar as territorialidades do populismo a partir de um enfoque multinível. Para isso, de um lado, serão consideradas a arena nacional e subnacional, já que, em um país federal como a Argentina, os governadores tendem à concentração inusitada do poder territorial com lógicas e clivagens que podem diferir do nível nacional (CALVO; ALBO MEDINA, 2001). E, de outro lado, será utilizada uma definição mínima de populismo que dê destaque a seu tratamento empírico (PAPPAS, 2016). Neste sentido, a proposta ideacional de Cass Mudde e Cristóbal Rovira Kaltwasser (2019) é vantajosa, uma vez que oferece um conceito maleável que evidencia as famílias ideológicas concomitantes, enfatiza as organizações partidárias e os líderes como intérpretes e depositários de uma vontade geral, além de incorporar o apoio dos cidadãos ou mesmo o populismo a partir do lado da demanda (HAWKINS; ROVIRA KALTWASSER, 2017)⁷.

Em termos conceituais, entende-se, portanto, o populismo como: 1) uma visão de mundo frouxa para a disputa política, enraizada na ideologia hospedeira, que na Argentina responde geralmente à distinção de longo prazo entre forças de raízes oligárquicas e populares; 2) fenômeno no qual se observa uma liderança inexpugnável, que se pode observar neste trabalho nas figuras dos *incumbents* e/ou *challengers* à presidência ou aos governos regionais, que, majoritariamente, são os principais representantes de suas forças partidárias; 3) um apelo a um assunto popular homogêneo enfeitado como virtuoso que, neste caso, torna-se evidente em

⁶ A ideia de “círculo vermelho” é uma construção do macrismo que alude a quem são os “formadores de opinião” referentes ao “fazer e ao pensar”, representantes dos grupos econômicos e do poder político que se encontram próximos à imprensa oficial.

⁷ Diferentemente dos primeiros estudos ideacionais, que evidenciaram especialmente a análise programática ou de surveys, nesta oportunidade enfatizaremos o componente histórico narrativo que sustenta o desempenho eleitoral das forças político-partidárias analisadas.

grandes maiorias eleitorais estáveis ao longo do tempo; 4) ponto onde se estabelece uma fronteira, em termos morais, com um adversário partidário que, no caso argentino recente, alude à distinção maniqueísta das organizações políticas que se encontram em ambos os extremos da “fenda”⁸; 5) e que se desenvolve em um plano histórico territorial determinado que, neste trabalho, alude à conjuntura eleitoral de 2019 tanto a nível nacional quanto distrital⁹.

Para tanto, sustentamos como hipótese de trabalho que o fenômeno populista pode se configurar, em termos territoriais, em ao menos duas dimensões ou itinerários: 1) no eixo horizontal ou dentro de uma unidade subnacional; 2) no eixo vertical, no qual a distinção populista nacional transborda sobre a dinâmica provincial. No primeiro itinerário, os/as governadores/as costumam funcionar como grandes eleitores distritais e, portanto, dentro da província, moldam e configuram em sua imagem e semelhança um “povo” eleitoral, seus “adversários” de turno e suas próprias organizações partidárias. Assim sendo, as reações a esses grandes eleitores não escapam da dicotomia proposta, dando forma a uma clivagem governo/oposição que nem sempre responde a filiações políticas antagônicas em outros níveis territoriais da disputa eleitoral. No segundo itinerário, a disputa à presidência ordena os campos antagônicos a nível nacional e, nesse sentido, compele o eleitorado e as elites distritais a dar uma resposta ante a convocação a uma nova distinção ou fronteira populista.

Ambos os itinerários não se excluem ou contradizem, posto que, por um lado, as manifestações do populismo são uma construção múltipla e flexível, e, por outro, os cidadãos têm amplo conhecimento e aprendem como se posicionar em cada um dos jogos e em cada uma das ofertas dos campos populistas que disputam cada eleição. Para tanto, nos próximos itens, observaremos o primeiro itinerário à luz das eleições separadas para governador¹⁰, com o objetivo de observar com mais detalhes como se manifestaria a dimensão horizontal do populismo; e o segundo itinerário será

⁸ Esta é uma expressão de criação recente na disputa política argentina, que levanta uma divisão contundente e sustentada em manifestações de ira, raiva e antipolítica, especialmente entre o kirchnerismo e os macristas, que reconhecem sua gênese no conflito de campo no ano de 2008, ainda que este tenha um substrato histórico de longa data. Por um lado, os kirchneristas seriam catalogados pelos setores macristas como corruptos e/ou ladrões, enquanto que os segundos seriam caracterizados como elitistas sem sensibilidade para a justiça social. Ver Rodríguez e Touzon (2019).

⁹ Comparar o curso do populismo a nível nacional com seu correlato no nível subnacional metodologicamente nos permite acrescentar o número de observações, codificar melhor nossos casos, incorporar a diversidade territorial e precisar as formas nas quais se articulam a nação e as províncias (LUCCA; PINILLOS, 2015).

¹⁰ Na Argentina, as províncias têm amplos poderes, inclusive para estabelecer seu sistema eleitoral e seu próprio calendário. Ao longo dos anos, “separar” (desdoblar) as eleições nacionais e provinciais tem sido uma estratégia para evitar a nacionalização ou fortalecer expressões partidárias distritais governantes (LUCCA; GIAVEDONI, 2016). Em 2019, houve mais de vinte eleições prévias à disputa nacional.

observado nas eleições unificadas para nação e província, quando o caminho vertical poderia ter maior incidência.

ELEIÇÕES SEPARADAS PARA GOVERNADOR E A VIA HORIZONTAL DO POPULISMO

O calendário eleitoral de 2019 teve início na província de **La Pampa** em 17 de fevereiro, com eleições primárias sem caráter obrigatório. Dentro do peronismo provincial que o governo mantinha, as tentativas de reeleger Carlos Verna naufragaram devido à sua frágil condição de saúde. Esse fato motivou, de um lado, a eleição de um representante alinhado com o governador (Carlos Zilioto), que tinha como vice o então vice-governador (Mariano Fernández). Por outro lado, levou a um extenso trabalho de Verna para agrupar as várias expressões reinantes no peronismo provincial na “Frente Justicialista Pampeano”.

Na oposição, o desentendimento entre o radicalismo e o PRO, entre a oposição provincial e o governo nacional, levou à apresentação de duas candidaturas às eleições internas: no radicalismo, o candidato foi o ex-prefeito de Colonia Barón e Deputado Nacional Daniel Kroneberger (UCR); do governo nacional concorreu um representante “PRO-puro”, Carlos Mac Allister. Nas eleições internas, Kroneberger conquistou uma maior vantagem. Entretanto, o que chamou a atenção na trajetória foi o êxito, na cidade capital de Santa Rosa, do kirchnerismo encabeçado por Luciano Di Napoli, o que era uma valiosa moeda de troca para negociar com Verna o apoio a Zilioto e a reconciliação do peronismo provincial com a figura presidenciável de CFK.

Nas eleições gerais de 19 de maio, um dia depois do anúncio da chapa presidencial Fernández-Fernández, o peronismo dos pampas aprofundou sua hegemonia ao conseguir 52,7% de votos para Zilioto, diante dos 31,8% que obteve Kroneberger com a chapa Cambiemos la Pampa. Na capital provincial, 51,7% dos votos foram para o candidato kirchnerista, tomando a prefeitura do radical Leandro Altoaguirre (27,4%). Assim, o macrismo sofria sua primeira derrota diante de uma cidade peronista liderada desde o governo, porém inclinado ao comando de Fernández-Fernández na prefeitura da cidade de Santa Rosa.

A província patagônica de **Neuquén** foi a segunda parada no extenso calendário eleitoral argentino, tendo sido a primeira província a definir os cargos executivos e legislativos nas eleições do dia 10 de março, implementando, nesta ocasião, a Boleta Única Eletrônica. Neuquén é um território de hegemonia, desde 1962, do ambíguo

partido distrital Movimiento Popular Neuquino (MPN). Nas eleições de 2015, o eleitorado estava dividido em terços assimétricos no nível provincial (MPN – FPV – Cambiemos) e em suas preferências nacionais (Scioli – Macri – Massa). Naquele momento, Omar Gutiérrez, do MPN, conquistou o governo, alcançando 40% de votos e, em 2019, buscava revalidar sua investidura enfrentando os mesmos competidores da época: José Riosco, pelo peronismo kirchnerista, Horacio “Pechi” Quiroga, pela aliança entre radicais e o PRO, e, como novidade nessa disputa, o três vezes governador pelo MPN, Jorge Sobisch, pelo Partido Demócrata Cristiano.

A disputa em Neuquén claramente se articulava na distinção entre situação x oposição a nível provincial, chegando ao ponto de o governador Gutiérrez afirmar: “[...] não fomos a Buenos Aires para que nos elejam com um dedo”. Em 2019, Gutiérrez conseguiu a vitória com 40% dos votos, deixando em um distante segundo lugar ao kirchnerista Riosco (26,1%), e ainda mais distante a Quiroga (15%) e Sobisch (9,9%). Nessa província, que condensa cerca de 1,5% do eleitorado nacional, a lógica populista no plano horizontal está mais fixada do que nunca, com o MPN, seu líder de turno e uma cidade inquebrantável.

Em 31 de março se realizaram as eleições primárias e, em 2 de junho, a disputa geral em **San Juan**. Durante todo o interregno kirchnerista (2003–2015), o *gran elector*¹¹ foi José Luis Gioja, governador da província por três vezes. No entanto, em razão da piora em seu quadro de saúde desde 2013, na eleição de 2015 o cargo de governador foi conquistado dentro do peronismo por um dos representantes do Clã Uñac da cidade de Pocitos, Sergio Uñac. Na eleição de 2019, Uñac buscava a reeleição. A oposição na província, por outro lado, associou-se à “Frente con Vos”, encabeçada pelo prefeito de Santa Lucía, Marcelo Orrego. Esta candidatura seria uma continuidade do espaço outrora liderado por Roberto Basualdo, mas também representava uma linha direta com o governo nacional de Cambiemos, em que pese as ousadas tentativas de Orrego de provincializar sua proposta. Entretanto, Sergio Uñac obteve 52,8% dos votos nas PASO e esmagadores 55,8% nas eleições gerais. As forças opositoras de Orrego (33,9%) e Turcumán (3,9%) resultaram inexpressivas para fazer frente à hegemonia peronista na província de San Juan, mas também demonstraram ser incapazes de se descolar suficientemente do governo nacional para que não fossem vistas como uma derrota do macrismo. Mais uma vez, como o MPN em Neuquén, o peronismo de San

¹¹ N. do T.: a expressão espanhola “gran elector”, que foi traduzida como “grande eleitor” refere-se ao peso político que alguma figura tem para mobilizar por si só uma grande parte do eleitorado em um território.

Juan mostrou a força de uma organização populista que se exaltou em uma liderança com reivindicações de continuidade.

Nos dias 7 de abril e 9 de junho realizaram-se eleições primárias e gerais na província de **Chubut**. O governador entre 2003 e 2011, e de 2015 a 2017, Mario das Neves, foi o grande eleitor provincial até sua morte, em 2017, quando Mariano Arcioni tomou as rédeas da província. Nas eleições de 2019, Arcioni procurou manter o amálgama da força eleitoral criada por das Neves e expandir suas bases para o restante dos fragmentos do peronismo distrital. Na oposição, dentro da Frente Patriótico Chubutense, o prefeito justicialista de Comodoro Rivadavia, Carlos Linares, era o favorito; dentro da força Cambiemos Chubut, o radical Gustavo Menna era o principal candidato.

Embora Arcioni tenha respondido a Massa em nível nacional, o acordo Fernández – Fernández e a unificação do peronismo que estava prestes a cair foram o impulso necessário para obter 41,3% dos votos nas eleições gerais de 9 de junho e prevalecer sobre Linares (33,9%) e Menna (14,5%). Claramente, essas eleições não mostraram a face populista mais pura; porém, finalmente com Massa no acordo do peronismo nacional e Arcioni apoiando a candidatura de Fernández, as eleições nacionais produziram nos cidadãos a configuração de dois polos antagônicos. Em Chubut, o populismo visto do lado da demanda mostrou, como Janus, pelo menos duas faces bem diferenciadas entre as eleições de governador e presidente.

Na província de **Rio Negro**, as eleições foram realizadas no dia 7 de abril. Assim como acontecia na província de La Rioja, o governador Alberto Weretilneck (Juntos Somos Rio Negro – JSRN) pretendia concorrer a um terceiro mandato. No entanto, as duas forças nacionais em disputa (FPV e Cambiemos) e seus correspondentes distritais judicializaram o processo e desativaram a tentativa de reeleição. À frente do JSRN substituiu Arabela Carreras, que havia sido a ministra de Weretilneck e deputada parceira do governador Soria.

Nas eleições de 2019, após a fuga partidária de Pichetto flertando com o macrismo, a FPV propôs como candidato o filho da ex-governadora Soria (Martín Soria), apoiado pela senadora nacional Magdalena Odarda, em uma aliança que incorporava o Partido Justicialista, a Frente Grande, Kolina e o Partido Socialista. Por sua vez, os fragmentos da oposição não peronista no nível distrital que respondiam a Macri convergiram na candidatura de Lorena Matzen (UCR) à governadora e Flavia Boschi (PRO) como vice.

Nas eleições gerais, o JSRN venceu de forma esmagadora (52,6%) contra o FPV (35,2%) e Cambiemos (5,5%). No entanto, meses mais tarde, na corrida presidencial,

a dupla Fernández-Fernández venceu por mais de 57% dos votos, deixando sinais claros do duplo caminho do populismo em Rio Negro: quando a disputa era distrital, a distinção da fronteira populista se estabelecia sobre a clivagem oposição-governo, enquanto, em escala nacional, o eleitorado estava mais uma vez se reconfigurando em torno dos polos em disputa (peronistas-macristas).

Em 14 de abril e 9 de junho, a PASO e as eleições gerais foram resolvidas em **Entre Ríos**, uma província com predominância peronista histórica desde 1983, mas com fortes raízes do radicalismo desde a sua gênese em 1891. Esse distrito era governado desde 2015 por Gustavo Bordet, que buscava sua reeleição pela Frente Justicialista em 2019. Seu principal concorrente era o agroexportador de origem radical e presidente do Banco Nación durante os dois primeiros anos de gestão de Macri, Atilio Benedetti, que havia sido amplamente vitorioso nas eleições intermediárias de 2017 como representante de Cambiemos (sua lista obteve 53% dos votos na Câmara dos Deputados), quando ele já enfrentava o peronismo provincial unido (38% dos votos).

As PASO favoreceram o governador peronista (50%) em relação ao terço que Cambiemos obteve e ao voto em branco (15,5%) como terceira opção. Nas eleições gerais, Bordet venceu em 15 dos 17 departamentos, com 57,4% dos votos, obtendo a segunda melhor eleição da história da província e até arrebatando o principal bastião do radicalismo: a capital do Paraná. No entanto, na disputa presidencial de agosto e outubro, o eleitorado de Entre Ríos voltou mais uma vez às forças do macrismo (ou, de qualquer forma, fugiu mais uma vez do peronismo de Kirchner), sendo uma das poucas províncias em que Macri derrotou Fernandez. Novamente, o populismo trabalhou pela força do peronismo como principal sigla do distrito, mas mostrou um comportamento diferente do lado da demanda por eleições nacionais, como em Chubut, embora com uma direção diferente.

Em 28 de abril, as eleições provinciais começaram a ser resolvidas no terceiro distrito mais importante do país: **Santa Fe**. Esse território, como Neuquén, é uma *avis rara* em que uma força distrital conseguiu atrair os remanescentes da oposição radical na Frente Cívica y Social Progresiva (FPCyS) para superar a predominância peronista existente desde 1983.

Nas primárias de 2019, o ex-prefeito socialista de Rosário e ex-governador do FSCyS – Antonio Bonfatti – encabeçou a Frente Progressista (FP); o ex-prefeito de Santa Fe e presidente da UCR – José Corral – se candidatou por Cambiemos; e o peronismo provincial estabeleceu forças entre Omar Perotti e María Eugenia Bielsa, sendo a ex-

prefeita de Rafaela a vencedora. No entanto, dessa vez, a disputa não envolveu mais um confronto de terços simétricos como em 2015, uma vez que Bonfatti obteve 50.000 votos a mais que Perotti; porém, no somatório, o peronismo o superou em mais de 180.000 votos, e em mais de 360.000 votos a Cambiemos.

Nas eleições gerais de 16 de junho, o ex-prefeito de Rafaela obteve 42,3% dos votos, contra 37,9% obtidos por Bonfatti e 19,7% por Corral, tornando-se governador. No entanto, o território de Santa Fe mostrou algumas singularidades: por um lado, o governador de saída (Lifchitz) liderou a lista com mais votos na categoria de deputados provinciais, com 41% desses votos contra 18,7% da Frente Juntos e 12,6% de Cambiemos; por outro lado, na disputa eleitoral para a presidência, o macrismo prevaleceu no território de Santa Fe sobre o peronismo, enfraquecendo qualquer incidência do PF, que encabeçou a lista de deputados nacionais de Lavagna – Urtubey.

A província de **Córdoba** é o segundo distrito eleitoral mais importante da República Argentina. No entanto, politicamente, é um mosaico fragmentado e em contínua mutação, que combina fortes raízes, no governo, de uma expressão peronista contrária ao kirchnerismo, com uma alternância recorrente de forças diversas na administração da capital e uma predileção hegemônica pelo macrismo na disputa pela presidência.

Em 12 de maio, realizaram-se as eleições gerais, com a presença do bicampeão Schiaretti como o grande eleitor do distrito e também como a figura que macristas e peronistas tentavam seduzir. Essa eleição teve alguns aspectos que merecem destaque: 1) a possibilidade da “dupla candidatura” foi legalmente incluída; 2) a unificação do peronismo em nível nacional e a renúncia do candidato kirchnerista (Pablo Carro) na competição pelo governo não implicavam necessariamente a unidade do peronismo em Córdoba na frente Hacemos Córdoba, liderada por Schiaretti; 3) as expressões radicais se apresentaram de forma fragmentada: por um lado, com a candidatura da frente Córdoba Cambia (Mario Negri e Héctor Baldasi) apoiada pelo governo nacional; por outro, com a sigla UCR (Ramón Mestre e Carlos Briner).

A vitória de Schiaretti foi esmagadora (57%) contra o fraco desempenho das forças não peronistas de Negri-Baldassi (18%) e Mestre-Briner (11,6%). À primeira vista, o que pode ser lido como uma vitória do peronismo sobre o radicalismo e o PRO na província, deve ser interpretado à luz do duplo caminho do populismo: por um lado, o grande eleitor (governador) conseguiu traçar uma fronteira profunda na clivagem do governo provincial e da oposição; por outro, nas eleições presidenciais de outubro,

o eleitorado de Córdoba respondeu principalmente à Argentina de Cambiemos (61%) sobre a Argentina peronista.

Na província de **Misiones**, as eleições provinciais foram realizadas de forma separada (desdobradas) em 2 de junho de 2019, em grande parte para capitalizar a inércia da força distrital predominante: Frente Renovador de la Concordia Social (FRCS). Desde a sua criação, o FRCS teve um crescimento eleitoral ininterrupto – especialmente quando não concorreu abertamente com o kirchnerismo – a ponto de obter nas eleições para governador de 2011 e 2015 valores superiores a 70% e 60%, respectivamente. Às vésperas das eleições de 2019, o então vice-governador de Hugo Passalacqua, Herrera Ahuad, posicionou-se como candidato principal.

No lado da oposição, não havia candidatos abertamente peronistas. No entanto, ao contrário de 2015, quando os macrismos da Frente Juntos e da UCR (dentro do Frente Cívico y Social) saíram de forma separada, em 2019, Humberto Schiavoni – presidente do Conselho Nacional do PRO e figura próxima de Mauricio Macri – seria o principal candidato de FRCS. Todavia, a trajetória bem-sucedida do FRCS (72,4%) não parava, a ponto de alcançar uma vitória esmagadora por mais de 55% de diferença em relação a Juntos por el Cambio (17,6%). Nessa província, contudo, como em Neuquén e Rio Negro, a predominância de uma força distrital e uma clivagem governo/oposição na disputa provincial traduziram-se na hegemonia do peronismo (57%) contra o macrismo (33%) no momento da eleição presidencial. Mais uma vez, os itinerários do populismo foram configurados em torno de ofertas, demandas e comportamentos claramente diferentes, mas coincidindo no uso da mesma estratégia.

Em 9 de junho e 29 de setembro de 2019, ocorriam as disputas eleitorais da província de **Mendoza**. Nas eleições de 2015, Cambiemos prevaleceu tanto na disputa para governador (Alfredo Cornejo: 48,3%) quanto nas presidenciais (Macri foi apoiado por 40,8% dos votos). Nas eleições de 2019, duas forças principais concentraram a disputa: a coligação Cambia Mendoza (FCM) e a coligação peronista Frente Político y Social Elegí Mendoza (FPySEM). Em ambas, a escolha interna foi necessária: no FCM, o prefeito radical da capital (Rodolfo Suarez) conseguiu vencer com folga o expoente do PRO (Omar de Marchi) e um setor dissidente do radicalismo (Fernando Armagnague), enquanto no FPySEM, a Senadora de La Cúmpora (Anabel Fernández Sagasti) venceu o prefeito de Maipú (Sergio Bermejo) por uma pequena margem.

No agregado de todas as frações de uma e de outra força nas PASO, a expressão radical estava 7 pontos à frente do lado peronista. No entanto, em 29 de setembro, quando a

eleição nacional foi realizada, a vitória e o crescimento do FCM foram esmagadores (51,6%) contra a deterioração de seu rival peronista (36,2%). De uma perspectiva nacional, o macrismo obteve, assim, uma retumbante vitória distrital que poderia ser apropriada (ao contrário de Córdoba), derrotando seu candidato mais puro do outro lado da “fenda”: La Cámpora. Visto de uma perspectiva provincial, por um lado, o grande eleitor (o governador) conseguiu manter a inércia e evitar a alternância; e, por outro, a antiga clivagem provincial entre peronistas e radicais permaneceu insuperável.

Embora historicamente a província de **Jujuy** fosse um enclave peronista, as eleições de 2015 encerraram esse domínio, levando o radical Gerardo Morales ao governo. Embora ele tenha sido um dos principais interlocutores de Macri no interior, Morales propôs separar as eleições.

Morales buscava a reeleição enfrentando um peronismo dividido e com estratégias díspares: 1) o setor do Frente Renovador liderado por Massa-Lavagna apoiou Morales, colocando como vice-governador o ex-presidente do Partido Justicialista de Jujuy, Carlos Haquim; 2) após uma árdua disputa, o selo do Partido Justicialista em Jujuy, que correspondia a Rubén Rivarola, recebeu a candidatura de Julio Ferreyra; 3) a vertente do peronismo federal propôs o ex-juiz federal Vicente Casas, da coligação Confiar; 4) o senador nacional Guillermo Sponek se apresentava pela coligação Juntos por Jujuy; e 5) Paula Álvarez Carrera, em clara consonância com a força social que Milagros Sala representava, apresentou-se pela Unidad Ciudadana.

Nessas eleições, Morales (43,7%) foi reeleito, vencendo a Ferreyra (32,7%), Sponek (10,4%), Casas (3,3%), Álvarez Carrera (2,5%) e a Frente de Izquierda (3,1%). Claramente, a ideia de antecipar as eleições foi proveitosa. No entanto, quando a fronteira de identidade entre o povo peronista e macrista entrou em cena dentro de Jujuy para resolver a corrida presidencial, Morales reeditou a mesma quantia obtida em apoio à chapa Macri-Pichetto, não conseguindo, porém, vencer a maioria peronista de Jujuy, que procurou em grande parte acabar com a Argentina de Cambiemos. Mais uma vez, o populismo mostrou faces diferentes do lado da oferta e da demanda. Ainda assim, tratava-se de uma estratégia clara para ordenar a disputa em seus múltiplos cenários.

A província de **Tucumán** é historicamente uma fortaleza peronista. Como na grande maioria das províncias argentinas, o governador Juan Luis Manzur (FPV) buscava sua reeleição. No entanto, dessa vez, ele tinha um candidato dentro do próprio arco peronista: o ex-governador entre 2003 e 2011 e mentor de Manzur, José Alperovich.

No espaço relacionado ao governo nacional, a senadora radical Silvia Elías de Pérez e o empresário agroexportador José Manuel Paz formaram o binômio da coligação Vamos Tucumán. Por sua vez, dentro do partido Fuerza Republicana, que historicamente respondia ao repressor condenado Domingo Bussi, o candidato seria Ricardo Argentino Bussi, aliado em nível nacional ao partido NOS de Ricardo Gómez Centurión.

Em 9 de junho, Manzur (51,8%) foi reeleito com uma ampla margem sobre seus concorrentes: Elías de Pérez (20,41%), Bussi (13,7%) e Alperovich (11,6%). Isso deixou claro o forte peso do governador como grande eleitor distrital na Argentina e sua potência para ordenar a disputa em torno da clivagem governo-oposição. Por outro lado, quanto à segunda faceta de disputa entre as “cidades” dos distritos provinciais, nas eleições nacionais para presidente, a fronteira entre macrismo (33%) e peronismo (57%) foi firmemente levantada.

Na **Terra do Fogo**, 41 cargos distritais estavam em disputa, aos quais concorriam mais de mil candidatos para os quase 135.000 habitantes. Como em muitas províncias, a governadora Rosana Bertone buscava a reeleição em 2019, concorrendo pela coligação Unidade Fueguina. Na oposição, a sigla Ser Fueguino condensava a aliança Cambiemos (UCR-PRO) nessa província, encabeçada por Juan Rodríguez. Porém, o principal oponente seria o prefeito da cidade de Rio Grande, Gustavo Melella, do grupo Concertación FORJA, uma força política na qual convergiram ex-Alfonsinistas radicais, mas com uma afinidade aberta com o kirchnerismo.

Em 16 de junho, Melella obteve 55% dos votos, derrotando o governador Bertone (40,8%) e as expectativas do macrismo que Rodríguez incorporou (4,1%). Dessa maneira, em uma província acostumada à alternância partidária entre peronistas, radicais e terceiras forças, a chegada da FORJA representou um marco por várias razões: 1) porque alcançou o governo pela primeira vez; 2) porque, dentro do radicalismo, aqueles que criticaram a aliança Cambiemos e o apoio da UCR ao governo nacional se impuseram abertamente em uma província; e 3) porque, pela primeira vez na Argentina, um governador se declarou abertamente homossexual.

Na província de **Formosa**, o peronista Gildo Insfrán buscava seu sétimo mandato. Nas eleições de 2015, quando Insfrán obteve 73% dos votos, seu oponente era o líder radical Luis Naidenoff, presidente do Cambiemos no Senado nacional. Nas eleições de 2019, através dos representantes provinciais do PRO, como Enrique Ramirez e Germán Villalba, o governo nacional entrou abertamente na disputa provincial, levando Adrián Floro

Bogado como candidato. Esse jovem advogado vinha de uma família de clara linhagem peronista, já que seu pai, Floro Bogado, fora vice-governador de Insfrán.

No entanto, em 16 de junho, Insfrán venceu com 70% dos votos em todo o território de Formosa. A hegemonia de Insfrán e sua liderança incontestável deixaram claro o contorno pedregoso das identidades provinciais disputadas, bem como a profunda territorialização do peronismo (Fernández obteve aproximadamente 65% dos votos tanto nas PASO quanto nas eleições gerais).

Na província de **San Luis**, desde 1983 o pulso político respondia à hegemonia peronista imposta pelos irmãos Alberto e Adolfo Rodríguez Saá. No único interregno em que foram impedidos de governar, seu histórico apoiador, Claudio Poggi, foi governador. Com efeito, as eleições de 2019 serão lembradas na história eleitoral de San Luis como peculiares: houve uma forte atomização do peronismo que aumentou a competitividade eleitoral; porém, paradoxalmente, o resultado eleitoral marca uma continuidade parcimoniosa do predomínio peronista na província. Nesta eleição, somou-se à candidatura do senador nacional Poggi (San Luis Unido), que teve o apoio de seus acólitos peronistas do PRO e da UCR, a disputa dentro da família Rodríguez Saá. Esse fato fraturou o Partido Justicialista, que ficou nas mãos de Alberto (Frente de Unidad Justicialista) e compeliu Adolfo – após sua expulsão do PJ – a construir um novo grupo (Juntos por la Gente).

No dia das eleições, Alberto Rodríguez Saá conquistou a reeleição com 42% dos votos, contra os esforços de Poggi (34,5%) e os escassos resultados de Adolfo Rodríguez Saá (22,03%). Como em Formosa, onde o governo nacional apoiou um peronista para enfrentar a hegemonia de Insfrán, em San Luis essa estratégia não foi bem-sucedida nem mesmo após a fratura interna do justicialismo, dado o enorme peso do governador em exercício (Alberto) em puxar o eleitorado da província. Mais uma vez, a distinção governo/oposição foi a principal clivagem que cortou a disputa dentro dos distritos. No entanto, isso não obscureceu a predominância do “povo” peronista nessa província do interior da Argentina e, com isso, limitou as chances (colaterais, a propósito) do macrismo de se consolidar fora das grandes regiões metropolitanas.

As eleições na província patagônica de **Santa Cruz** ocorreriam em 11 de agosto, em consonância com a PASO em nível nacional. Nessa fortaleza hegemônica desde 1991 pelo kirchnerismo, a governadora Alicia Kirchner estava buscando a reeleição. Nas eleições de 2019, o cenário diagramado quatro anos antes foi amplamente reeditado, quando Kirchner conseguiu derrotar o candidato mais votado (Eduardo

Costa) graças à implementação da Ley de Lemas¹² aprovada em 2014. Nas eleições de 2019, a paridade dentro do lema Frente de Todos favoreceu Kirchner por uma pequena margem sobre os sub-lemas de Javier Belloni e Claudio Vidal.

Na oposição, dentro da coligação Nueva Santa Cruz, se reuniram a UCR e o PRO, que se vinculavam nacionalmente ao macrismo, o Partido Socialista e a Frente Renovador/Alternativa Federal, que respondiam à candidatura nacional de Lavagna e Urtubey, a força peronista FE criada por Gerónimo “Momo” Venegas, e Encontro do Cidadão.

Nesse panorama atomizado por lemas e sub-lemas, a governadora Kirchner conseguiu permanecer no cargo, já que a força de seu partido dobrou novamente em número de votos em relação à oposição, que se apoiava na figura de Costa, em mais de quarenta mil votos de diferença, o que correspondeu a 58,9% do eleitorado apoiando a Frente de Todos, e 32% apoiando o lema Nueva Santa Cruz. Inclusive, nas eleições presidenciais, a chapa peronista Fernández-Fernández teve um desempenho traçado (59%) ao do peronismo nas eleições distritais, enquanto a chapa de Macri-Pichetto não conseguiu manter toda a oposição distrital atrás dele, deixando escapar parte de suas preferências a terceiros candidatos. Dessa maneira, mais uma vez o caminho duplo do populismo é evidente, com uma lógica oposição-governo no nível provincial que – nesse caso de maneira fraca – é apoiada na figura do governador; e uma segunda dinâmica, de natureza nacional, na qual o povo peronista reconhece claramente a fenda que o separa do macrismo e vota em conjunto pela liderança – ainda que de dupla face – da dupla Fernández-Fernández.

Na província de **Salta**, o governador Juan Manuel Urtubey decidiu compartilhar a candidatura de Roberto Lavagna pelo Consenso Federal para concorrer à presidência do país em 2019, o que abriu espaço para disputas políticas de várias maneiras: primeiro, houve a candidatura do prefeito da capital, Gustavo Saenz, de origem justicialista, que contou com o apoio do governador Urtubey e possuía estreitos laços com o governo nacional macrista. Segundo, houve a candidatura do deputado de Salta Alfredo Olmedo, alinhado ao PRO e a Cambiemos na legislatura nacional. Terceiro, as demais frações do peronismo de Salta foram agrupadas na Frente de Todos, liderada pelo ex-prefeito kirchnerista da cidade de Tartagal, Sergio Leavy.

¹² N. do T.: Ley de Lemas, também chamado de voto duplo simultâneo, é o sistema eleitoral duplo de votação simultânea usado nas eleições da Argentina. Nesse sistema, cada partido ou coligação é denominado lema. Abaixo deles podem existir vários lemas ou sub-lemas, que são listas ou candidatos que se encaixam dentro do lema geral.

A inércia gerada pelo apoio do governo da província, somada ao carisma público e ao desempenho como prefeito, juntamente com o consentimento implícito do governo nacional, fez de Saenz o candidato mais votado (53,6%), deixando para trás Leavy (26,3 %) e Olmedo (15,3%), que não puderam nacionalizar a disputa. Em Salta, os esforços para verticalizar o eleitorado em uma disputa provincial com uma fronteira de identidade nacional entre peronistas ou macristas foram em vão, já que a impressão horizontal da distinção populista era mais forte.

As últimas eleições provinciais separadas (desdobradas) do calendário nacional ocorreram em 13 de outubro em **Chaco**. Na disputa para o governo, 10 pares de vários tipos e linhas políticas competiram, embora dessa vez três tenham sido as forças com maior predominância. O governador Jorge Capitanich concorria pela Frente Chaqueño para comandar a província pela terceira vez e, assim, manter seu domínio como o grande eleitor de Chaco desde 2007. O ex-prefeito de Roque Saenz Peña, de origem radical e com proximidade a Cambiemos, Carim Peché, encabeçou a lista da coligação Somos Todos. No entanto, nessa ocasião, também foi apresentada uma segunda lista da linha peronista à disputa para o cargo de governador, chefiada pelo ex-vice-governador de Capitanich (2007-2011 e 2011-2015) Juan Carlos Bacileff Ivanoff, do Frente Integrador, com um claro perfil conservador.

Em 13 de outubro, Capitanich venceu por uma ampla margem (49,4%) sobre seu principal competidor, Peché (31,3%), e sobre o surpreendente crescimento de Bacileff Ivanoff (13,9%). No entanto, o fato marcante foi o fraco desempenho do Frente Chaqueño na disputa pelos municípios, perdendo não apenas a capital para a Resistência, mas também Roque Saenz Peña, onde o candidato era Daniel Capitanich.

No entanto, ficou claro que o governador eleito continuava a ter ascendência e liderança predominantes sobre o eleitorado de Chaco, sem que ninguém dentro do peronismo retirasse sua hegemonia e, com isso, as rédeas de uma identidade populista. No momento das eleições nacionais, a distinção entre os dois povos em disputa (peronistas e macristas) reordenou claramente o eleitorado de Chaco, que se mostrou principalmente (55%) a favor de Alberto Fernández, contra os 35% que conquistou Macri, que atraiu uma minoria do eleitorado mais conservador que votou em Bacileff Ivanoff.

ELEIÇÕES SIMULTÂNEAS E A VERTICALIDADE DO POPULISMO

Às vésperas das eleições gerais, o macrismo já tinha cinco governadores que o apoiavam: Vidal na Província de Buenos Aires, Rodríguez Larreta na CABA, Cornejo e Suarez em Mendoza, Gustavo Valdés em Corrientes e Gerardo Morales em Jujuy. Enquanto pelo menos 13 governadores mostravam-se abertamente próximos ao binômio Fernández-Fernández, cinco não mostravam ainda uma definição pública antes da eleição geral ou propunham cortar boleta¹³, e apenas dois apoiaram a chapa de Lavagna-Urtubey.

Em 27 de outubro, juntamente com as eleições nacionais, foram realizadas eleições para os governos de Buenos Aires, CABA, Catamarca e La Rioja. Claramente, o acordo entre os dois primeiros distritos deveu-se a uma tentativa do macrismo de “varrer” o mesmo eleitorado nos níveis nacional e provincial, pois não havia conseguido chegar em outros territórios aliados a Cambiemos e/ou Juntos por el Cambio.

Na província de **Buenos Aires**, o macrismo tinha um de seus principais representantes, a governadora María Eugenia Vidal, que era, inclusive, uma possível candidata à presidência se um "Plano B" fosse necessário diante do impacto negativo da crise de 2018 na imagem de Mauricio Macri e no seu governo. Essa situação desfavorável para o macrismo levou um setor do governo da província a pensar em separar as eleições provinciais para proteger o capital político de Vidal na província de Buenos Aires e a força de Cambiemos obtidos em 2015.

No entanto, essa iniciativa não foi concretizada, uma vez que não se mostrou compatível com as expectativas e a liderança eleitoral de Macri dentro de Cambiemos/Juntos por el Cambio. Mais uma vez, a fronteira entre o povo peronista e o macrista era evidente como forma de orientação política, e a necessidade de propor uma sinergia entre a nação e a província de Buenos Aires tendia a reforçá-la.

Para enfrentar Vidal e Daniel Salvador, o peronismo reuniu os votos que a Frente Renovadora de Sergio Massa e Felipe Solá conquistaram em 2015 (19,6%), impossibilitando Aníbal Fernández de vencer pelo FPV. Em 2019, o acordo de Fernández com Massa não levou a uma disputa entre Massismo e Kirchnerism, uma vez que a candidatura de Axel Kicillof e Verónica Magario para o governo, e Sergio Massa como primeiro vice nacional, foi acordada.

13 N. do T.: Possibilidade de se recortar manualmente a cédula de votação para combinar um voto para o candidato a presidente ou governador do partido A e um voto para a lista de deputados do partido B.

Na PASO, desafiando todas as pesquisas anteriores, a Frente de Todos obteve 52,7% dos votos para a dupla Kicillof–Magario (e 50,6% para Fernández–Fernández) contra o binômio Juntos por el Cambio, que obteve 34,6% para a dupla Vidal–Salvador (e 32,9% para Macri–Pichetto). Três meses depois, nas eleições gerais de outubro, o resultado e os valores não mudaram, e a dupla peronista de Buenos Aires obteve 52,4% (e Fernández–Fernández 52,2% no referido território) e Juntos por el Cambio 38,3% (e Macri–Pichetto 35,9%). A mãe das batalhas em torno dos distritos eleitorais mais importantes da Argentina mostrou mais uma vez que as fronteiras da polarização e as fronteiras dos dois povos políticos em disputa em 2019 marcavam claramente que a liderança e a estratégia do populismo era uma moeda comum (e coincidente) na nação e na província de Buenos Aires.

A **Cidade Autônoma de Buenos Aires** (CABA) é historicamente um território hostil às pretensões eleitorais do peronismo e uma das principais plataformas eleitorais para o PRO e, posteriormente, para Cambiemos. Nas eleições de 2015, Horacio Rodríguez Larreta (por Unión–PRO) obteve 45,5% dos votos no primeiro turno para chefe de governo, e 51,6% no *ballotage* contra Martin Lousteau (48,4%), que, em nível nacional, era um aliado da candidatura de Macri. Nas eleições de 2019, a CABA teria, pela primeira vez desde a reforma constitucional de 1994, eleições simultâneas com as nacionais, a fim de gerar o efeito de “arraste” para a reeleição de Macri. Além disso, Cambiemos foi finalmente configurado na CABA, incorporando o radicalismo de Buenos Aires (e com ele Lousteau) e outras forças, como o Partido Socialista e a UCeDe. Assim, o binômio Rodríguez Larreta–Santilli buscava a reeleição com maior apoio eleitoral.

No arco da oposição peronista, a heterogênea Frente de Todos teve como candidato a chefe de governo Matías Lammens, ex-presidente do Clube Atlético San Lorenzo de Almagro, que era apoiado por uma das principais figuras da televisão (Marcelo Tinelli). Lammens tinha pouca tradição peronista, mas possuía interlocução direta com Alberto Fernández, o que foi fundamental para se impor sobre os esforços kirchneristas de La Cámpora para relançar a candidatura de Mariano Recalde, como em 2015.

Nas eleições gerais de outubro, o Juntos por el Cambio cresceu quase dez pontos percentuais (55,9% dos votos para Larreta–Santilli e 52,6% para Macri–Pichetto), com um desempenho eleitoral extremamente exitoso nas comunidades ribeirinha e do norte da CABA. Em contrapartida, a Frente de Todos alcançou 35,1% do eleitorado, com grande predominância nas comunas mais pobres na fronteira sul da província de Buenos Aires. O restante das opções eleitorais (CF: 5,3% e o FIT: 3,6%) e a quantidade de votos em branco (4,2%) diminuíram em comparação com a PASO (CF: 7,1%; FIT: 3,9%; brancos:

8,5%), mostrando a nacionalização da disputa e a inflexível fronteira entre os dois povos historicamente disputadas na CABA: patrícios e plebeus do século XIX, peronistas e radicais do século XX, e kirchneristas e macristas no início do século XXI.

Na província de **Catamarca**, em 2011, o peronismo voltou ao governo com Teresa Corpacci Saadi pelo FPV, após 20 anos de domínio radical. Nas eleições de 2019, os cargos nacionais e provinciais estavam novamente em disputa simultaneamente, replicando a oferta nacional nas candidaturas provinciais: a Frente de Todos com Raúl Jalil, Juntos por el Cambio com Roberto Gómez, e Consenso Federal/Terceira Posição com Hugo Ávila como candidato a governador.

A governadora Corpacci Saadi foi a principal apoiadora da candidatura do prefeito da capital, Raúl Jalil, que contou com a aprovação de Alberto Fernández, enquanto o candidato radical Roberto Gómez conduziu sua campanha sem o apoio aberto do governo nacional de Macri, conhecendo o domínio histórico dos peronistas (e Saadi) na província. Nas primárias, a disputa foi claramente bimodal, entre Jalil (62,6%) e Gómez (27,9%), uma vez que o terceiro oponente (Consenso Federal) não excedeu 5% dos votos, deixando claro que o peronismo de Catamarca retornara de forma unificada.

Esses resultados foram replicados novamente nas eleições de 27 de outubro e permitiram ao candidato peronista vencer com 60,4%. Assim, nas eleições de 2019 o “povo” peronista de Catamarca tendia a votar principalmente em uma oferta unificada (tanto para o governador quanto para a chapa de Fernández–Fernández, que obteve 56,6% em Catamarca). No entanto, a fronteira do povo nascido sob o guarda-chuva de Cambiemos em 2015 se mostrava pedregosa e intransitável, a ponto de a diferença entre os algarismos que Gómez obteve para o governo (33,4%) e Macri (34,0%) para a presidência em Catamarca diferir em menos de 5.000 votos. Como em outros territórios, a disputa provincial e nacional produzia uma sinergia que fortalecia a polarização e o uso do populismo como uma linha de demarcação para identidades políticas na disputa eleitoral.

Na província de **La Rioja**, de forte linhagem peronista, o governador Sergio Cassas (da aliança FPV), embora constitucionalmente impossibilitado de concorrer a um terceiro mandato, propôs uma emenda constitucional para que pudesse participar novamente da disputa. No entanto, tanto o Tribunal Eleitoral da província quanto a Corte Suprema de Justicia de la Nación declararam inconstitucional a candidatura de Cassas, o que atrasou a eleição e fez com que as eleições provinciais, antes ocorridas de forma separadas, ocorressem de forma simultânea.

Em seguida, uma série de tensões foi aberta dentro do peronismo entre o governador de saída, Cassas, e o ex-governador Luis Beder Herrera, o que levou, por um lado, a que Cassas propusesse como candidato o ex-prefeito da capital Ricardo Quintela – que, com a "Frente de Todos" obteve 44,9% dos votos; e, por outro, Beder Herrera apresentou sua candidatura independente sob a sigla "Nuestra Rioja", que obteve 23,2% dos votos. Dado que a eleição para a província de La Rioja, desde 2007, é resolvida em um único turno (art. 27 da Lei provincial nº 8.141), Quintela foi consagrado governador em 27 de outubro de 2019.

O principal candidato não peronista foi Julio Cesar Martínez, que havia disputado o governo em 2011 por Fuerza Cívica Riojana (FCR) e, em 2015, em uma coligação entre o PRO, a Frente Renovadora e o Partido Socialista. Embora sua origem radical fosse invencível, Martínez era a expressão fidedigna da Argentina de Cambiemos na província, a ponto de ser nomeado por Macri como Ministro da Defesa entre 2015 e 2017, e prevalecendo sobre as tentativas de Miguel Ángel Pichetto de impor um peronista de Cambiemos (o prefeito da capital, Alberto Paredes Urquiza) como possível cabeça da lista de "Juntos por la Rioja". No entanto, Martínez não conseguiu reverter a primazia do peronismo, obtendo apenas 30,9%.

Dessa forma, o que antes era uma disputa entre peronismo e radicalismo, e a partir de 2011, entre kirchnerismo e radicalismo, desde as eleições de 2015 – e especialmente na de 2019 – foi configurado sob a clivagem entre o governo nacionalista macrista e a oposição provincial peronista de duas faces, ou seja, dois povos heterogêneos separados por uma fenda e suas tensões.

REFLEXÕES FINAIS

Desde a recuperação democrática na América Latina, parafraseando Winston Churchill, a disputa eleitoral é claramente a pior maneira de resolver os inúmeros conflitos sociais, mas também a melhor maneira de legitimar o exercício de governar o *demos* sem abandonar as frágeis fronteiras da poliarquia. Por esse motivo, embora rotineiras e esporádicas como instituições formais do jogo democrático, as eleições se tornam uma temporalidade deslocada, vertiginosa e incerta, na qual – de forma crítica – os horizontes de continuidade e/ou mudança são colocados em tensão.

Ao contrário do que acontecia a nível regional, onde a política contenciosa perfurava os processos eleitorais, como na Bolívia, ou questionava as regras do jogo, como no Chile ou na Colômbia, na Argentina, a vertigem de uma sociedade economicamente

deprimida e fortemente tensionada no plano social não foi exacerbada além dos limites poliárquicos na arena política. Ademais, como no Uruguai, as eleições argentinas de 2019 foram claramente o elemento normalizador de qualquer tentativa disruptiva. No entanto, o populismo não era alheio a essa disputa política, pois era uma estratégia típica tanto do peronismo quanto do macrismo na disputa presidencial, mas também um estratagema habitual no nível distrital em muitas disputas para o cargo de governador.

No sentido horizontal do populismo proposto neste capítulo, grande parte dos(as) governadores(as) provinciais atuava como grandes eleitores, mas também como mantenedores de uma construção política (seu *paese*) que procuravam institucionalizar, quando não calcificar e murar. Porém, também é possível perceber como, de forma recorrente, os limites desse povo e a incidência de seus líderes estavam ligados à dinâmica de uma fronteira ou fenda que respondia fortemente a uma lógica inteiramente local ou provincial, na qual a clivagem oposição/governo permitia decodificar melhor a dinâmica das eleições distritais do que a incidência da enérgica política nacional.

No plano vertical do populismo, deve-se notar que as tentativas de nacionalizar as disputas distritais são inerentes aos esforços do governo macrista de puxar e impor sua visão dicotômica de mundo entre tiranos e troianos, macristas e anti-macristas, peronistas e anti-peronistas. No entanto, que apenas três províncias em 2019 tenham decidido, por si só, realizar suas eleições locais junto com as nacionais, fala da difícil situação do governo de Cambiemos e da árdua territorialização do macrismo, que, como apontado anteriormente, estava acostumado a se enraizar na CABA e na Região Central, ou possuir uma liderança de comunidades ou redes sociais.

Dessa vez, o peronismo soube se unir em nível nacional para galvanizar a atomização que em 2015 jogou contra a candidatura de Scioli.

Entretanto, esses dois planos propostos são uma distinção puramente analítica, uma vez que, no momento da eleição presidencial, todas as províncias (incluindo aquelas governadas por forças puramente distritais) foram rapidamente ordenadas para a nítida distinção entre macrismo e peronismo em sua nova faceta. Com isso, o que esperamos ressaltar é que não apenas o populismo pode se manifestar em múltiplas territorialidades e itinerários, mas também que não é um fenômeno estático ou imutável, pois cada cidadão pode tecer mais de uma faceta política, pertencer a mais

de um povo ou responder a mais de uma liderança, dependendo do que está em jogo e de como tal jogo se configura.

Portanto, é possível pensar que o populismo na Argentina não é apenas um fenômeno derivado da oferta política, mas também uma maneira de decodificar a disputa político-eleitoral no plano da demanda pelos cidadãos. Pertencer a uma sigla distrital, seja ao macrismo ou ao peronismo, ou a sua mais forte oposição da vez, é um elemento recorrente da política argentina. O populismo é, portanto, nesse país, uma maneira de se afastar da política de uma forma etérea e pós-moderna, sem apego a líderes ou organizações.

As eleições revelam como várias afiliações populistas podem coexistir, como acontece com o peronismo distrital e nacional no norte da Argentina; agregar-se ou se sobrepor, como é o caso das províncias com governadores radicais com o macrismo ou das províncias dos partidos distritais com o peronismo; ou orientar-se em diferentes direções sem que seja incoerente, como é claramente observado em províncias como as de Córdoba, Santa Fe ou Entre Ríos. Em síntese, se a política na Argentina foi analisada recorrentemente da perspectiva do populismo, este artigo procurou multiplicar exponencialmente os espaços e dinâmicas em que a política está em jogo sob essa chave.

SOBRE O AUTOR

Juan Bautista Lucca é professor de Sistemas Políticos Comparados na Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales da Universidad Nacional de Rosario e investigador do CONICET.

REFERÊNCIAS

1. ADAMOVSKY, Ezequiel. *El cambio y la impostura*. La derrota del kirchnerismo, Macri y la ilusión PRO. CABA: Editorial Planeta, 2017.
2. CALVO, Ernesto; ABAL MEDINA, Juan. *El federalismo electoral argentino*. Sobrerrepresentación, reforma política y gobierno dividido en la Argentina. CABA: INAP/EUDEBA, 2001.
3. CANOVAN, Margaret. *Populism*. Londres: Harcourt Brace Jovanovich, 1981.
4. CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. *Dependencia y desarrollo en América Latina*. Ensayo de interpretación sociológica. 30. ed. CABA: Siglo XXI, 1996.
5. CASULLO, María Esperanza. ¿Por qué funciona el populismo? El discurso que sabe construir explicaciones convincentes de un mundo en crisis. CABA: Siglo Veintiuno Editores, 2019.
6. DI TELLA, Torcuato. Populismo y reforma en América Latina. *Desarrollo económico*, v. 4, n. 16, p. 391-425, 1965. DOI: 10.2307/3465879
7. FREIDENBERG, Flavia. *La tentación populista*. Madrid: Síntesis, 2007.
8. GERMANI, Gino. *Política y sociedad en una época de transición, de la sociedad tradicional a la sociedad de masas*. CABA: Paidós, 1962.
9. HALPERÍN DONGHI, Tulio. *La larga agonía de la Argentina peronista*. CABA: Ariel, 1994.
10. HAWKINS, Kirk A.; ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal. What the (ideational) study of populism can teach us, and what it can't. *Swiss Political Science Review*, v. 23, n. 4, p. 526-542, 2017. DOI: 10.1111/spsr.12281
11. LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. 1. reimp. Buenos Aires: FCE, 2005.
12. LACLAU, Ernesto. Deconstrucción, pragmatismo y hegemonía. *AGORA*, v. 3, n. 6, p. 63-89, 1997.
13. LUCCA, Juan B. Reminiscencias del radicalismo, del peronismo y retroproyecciones de un mundo nuevo en el gobierno de Cambiemos. In: IGLESIAS, Esteban; LUCCA, Juan B. (Comps.). *La Argentina de Cambiemos*. Rosario: Editorial de la UNR, 2019. p. 117-142.
14. LUCCA, Juan B.; GIAVEDONI, Jose G. Las elecciones argentinas de 2015. In: OLIVEIRA XAVIER, Lúcia; DOMINGUEZ ÁVILA, Carlos F. (Orgs.). *Política, cultura e sociedade na América Latina: estudos interdisciplinares e comparativos*. Curitiba: CRV, 2016. v. 3, p. 37-64.
15. LUCCA, Juan B.; PINILLOS, Cintia. Decisiones metodológicas en la comparación de fenómenos políticos iberoamericanos. *Documentos de Trabajo*, v. 25, p. 05-37, 2015.
16. MACKINNON, Maria; PETRONE, Mario. *Populismo y neopopulismo en América Latina*. El problema de la cenicienta. Buenos Aires: EUDEBA, 1999.
17. MUDDE, Cas. Populism: an ideational approach. In: ROVIRA KALTWASSER, Cristobal et al. (Eds.). *The Oxford handbook of populism*. Oxford: Oxford University Press, 2017. p. 46-70.
18. MUDDE, Cas; ROVIRA KALTWASSER, Cristobal. *Populismo*. Una breve introducción. Madrid: Alianza Editorial, 2019.
19. MÜLLER, Jan-Werner. *¿Qué es el populismo?* Ciudad de México: Grano de sal, 2017.
20. NATANSON, José. *¿Por qué? La rápida agonía de la Argentina kirchnerista y la brutal eficacia de una nueva derecha*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2018.
21. PAPPAS, Takis. Modern populism: research advances, conceptual and methodological pitfalls, and the minimal definition. In: THOMPSON, William (Ed.). *Oxford research encyclopedia of politics*. Oxford: Oxford University Press, 2016.
22. RODRIGUEZ, Martín; TOUZON, Pablo. *La grieta desnuda*. CABA: Capital Intelectual, 2019.
23. ROVIRA KALTWASSER, Cristobal. How to define populism? Reflections on a contested concept and its (mis)use in the social sciences. In: FITZI, Gregor et al. *Populism and the crisis of democracy*. New York: Routledge, 2019. p. 82-99.

24. SVAMPA, Maristella. La década kirchnerista: populismo, clases medias y revolución pasiva. *LASA Forum*, v. 44, n. 4, p. 14-16, 2013. Disponível em: <<https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/5119>>. Acesso em: 28 mar. 2022.
25. TORRE, Juan Carlos. Interpretando (una vez más) los orígenes del peronismo. In: MACKINNON, Maria; PETRONE, Mario (Comps.). *Populismo y neopopulismo en América Latina*. El problema de la cenicienta. Buenos Aires: Eudeba, 1999. p. 173-196.
26. URBINATI, Nadia. Democracy and populism. *Constellations*, v. 5, n. 1, p. 110-124, 1998.
27. WEYLAND, Kurt. Populism: a political-strategic approach. In: ROVIRA KALTWASSER, Cristobal et al. (Eds.). *The Oxford handbook of populism*. Oxford: Oxford University Press, 2017. p. 72-102.
28. WEYLAND, Kurt. Neopopulismo y Neoliberalismo en América Latina: afinidades inesperadas. *Pretextos*, n.10, p. 07-43, 1997.

Submissão em 28 de outubro de 2021.

Aceito em 04 de abril de 2022.

